

ATA		
<p>5ª Reunião Ordinária do Subcomitê Estadual da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM 11 de dezembro de 2023</p>		
PAUTA		
Item	Assunto	Responsável
1	<p>RELATÓRIOS SOBRE ENCAMINHAMENTOS ANTERIORES:</p> <p>Acesso a documentos de outros Estados – Matriz e Filial - Ofício n.º 15/2023 ao DREI;</p> <p>Ofício n.º 11 Considerações MEI – GT MEI;</p> <p>Dados do Cartório de Registro de PJ e da OAB/RS no site da JucisRS;</p> <p>Alterada nomenclatura do órgão licenciador SEMA para FEPAM – GLPI 5956;</p> <p>GT PL 394/2021 – Proposta alteração LLE - 1ª Reunião 11.12.2023 às 16h30;</p> <p>Gratuidade do fornecimento das certidões requeridas pelos municípios (Gabinete);</p> <p>Assinador.gov.br - GT Registro;</p> <p>Normatização ou regulamentação das competências e atribuições dos órgãos registradores - GT Legal e GT Registro.</p> <p>Travas CNAE's exclusivos do Cartório de Registro de Pessoa Jurídica</p>	<p>Lauren Momback Presidente do Subcomitê e JucisRS</p>
2	<p>Contextualização dos Grupos de Trabalho</p> <p>GT Registro</p> <p>GT Legal</p> <p>GT TI</p> <p>GT Estudo PL 394/2021 - Proposta Alteração LLE</p>	<p>Juliano Lopes OAB/RS</p> <p>Marcelo Corletto Município de Porto Alegre</p> <p>Magnum Eltz SPGG</p> <p>Dário Giovanella Sedec</p>
3	<p>Questões relacionadas ao CEP e responsabilidade dos municípios e</p>	<p>Vanderlei Antunes</p>

	Portal dos Correios	Gerente Regional de Distribuição dos Correios Tiago Ponpermayer Gerente de Desenvolvimento de Mercado
4	Tratamento dos Endereços no Integrador Estadual Apresentação TFE 2.0 + WhattsApp	Rodrigo Keller R2DA
5	Proposta de Datas Reuniões Subcomitê Redesim 2024 12.03.2024 às 14h 11.06.2024 às 14h 10.09.2024 às 14h 10.12.2024 às 14h	Lauren Momback Presidente Subcomitê
Data	Horário	Local
11.12.2023	14h	Júlio de Castilhos, n.º 120, 2ª andar Plenário da JucisRS - Centro Histórico, Porto Alegre RS
Membro Presentes		
JUCISRS	SEDEC	PROCERGS
T - Lauren Momback S - Silvio Ramão	T - Dario Giovanella	S - Hilton Boklis
SPGG	FEPAM	CBM/RS
S - Magnum K. de Figueiredo Eltz	T - Jorge Augusto Berwanger Filho S - Roberta Acauan	S - Luis Augusto Braatz
Vigilância Sanitária	Município Porto Alegre	
T - Isabel Bet	S – Marcelo da Silva Corletto	
FEMICRO		
S - Gilberto Consoni		
Membros on line		
Município	Município	Município
T– Daniela Alves M. Braga	S – Fabiana Keller	S - Adriana Facco de Souza
SPGG T - Daniela Peroni Finger	Ouvidoria Geral do Estado Liliana Barcellos	Fazenda Estadual S - Celso Resin
SEBRAE S – Marcio Benedusi	Consema T – Marion Luiza Heinrich	FEMICRO T – Lorilene Corrêa Pradel

1– Presid. (Presidente), T.(Titular), S(Suplente), S.E (Secretário Executivo).

Convidados	
R2DA Keller/Evandro / Diogo Abreu	JucisRS/Comunicação Irys Gomes e Milena Ferreira da Silva
SPGG Rodrigo Macedo	

Item 1 Abertura e relatório de encaminhamentos

1. Ao décimo primeiro dia do dezembro do ano de dois mil e vinte três (2023), às quatorze horas, reuniram-se os membros presentes nominados na segunda página deste registro participantes da 5ª Reunião Ordinária do Subcomitê da Redesim do Rio Grande do Sul. A reunião ocorreu de modo *online sendo* transmitida através da plataforma Microsoft *Teams*, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDRIYTNiMDctYjRhMCO0MjU4LTljYUtdNDZiZTJkNjg2ODNh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2215dcd909-8dc0-40e9-a1e5-cecb053cdd1a%22%2c%22Oid%22%3a%22534ef8ba-4de8-4176-a886-561cb9fe482d%22%7d.
2. A Presidente do Subcomitê, Lauren deu início a reunião informando sobre as substituições dos membros do Subcomitê, Daniela Finger no lugar do Romero Pimentel, representantes da SPGG e Karen Gross Lopes, no lugar do Sr Josué Barbosa da PROCERGS. Agradeceu a presença dos representantes dos Correios, Sr Vanderlei Antunes, gerente Regional de Distribuição e Thiago Ponpermater, gerente de Desenvolvimento de Mercado, ambos dispostos a auxiliar nas demandas trazidas neste Subcomitê, principalmente as questões relacionadas ao endereçamento que afetam diretamente o empreendedor.
3. Iniciou com alguns pontos e encaminhamentos demandados anteriormente em outras reuniões, como a integração dos Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas e da OAB/RS já no site da JucisRS; foi alterada a nomenclatura de SEMA para FEPAM estando apto; informa que após essa reunião haverá reunião do PL n.º 394/2021, que propõe alterações da Lei da Liberdade Econômica; quanto as travas dos CNAE's que os Cartórios pediram e o GT Normas esta analisando, assim que houver retorno será informado no grupo. Presidente passou a palavra ao Secretário Executivo que se manifestou quanto aos demais itens.
4. Sílvio versou sobre a transmissão de documentos entre Matriz e sede de outra UF, encaminhado pela Rachel da Receita Estadual que se ressentiu por não receber documentos. O procedimento atual é que a viabilidade trâmite na unidade de destino, onde vai ter a filial e o arquivamento e os procedimentos são na Junta Comercial da sede, sendo um grande avanço. Anteriormente se fazia dois arquivamentos, na sede e depois no estado da filial para que a Junta de lá tivesse conhecimento. Acontece dessa forma, contudo não há tramitação de documentos, a Junta Comercial do destino recebe apenas dados. Neste sentido foi realizada conversa com Nassif, que coordena a Redesim na Receita Federal, e no ponto de vista deles não tem perspectiva de solução nesse momento, até porque, estão pensando numa outra forma de estrutura de Redesim com portais nacionais, essas pendências viriam nas novas soluções que estarão sendo trazidas. A

Presidente lembrou que foi encaminhado Ofício n.º 15/2023, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, contudo, ainda sem resposta.

5. O Secretário informou que também foi demandado ao DREI a questão dos MEI's, enquanto a Resolução n.º 59 do CGSIM, trata as atividades como baixo risco, em contrapartida nossas tabelas estaduais classificam como risco médio ou alto. Por essa razão, o integrador coloca como concluído. De qualquer sorte, foi encaminhado Ofício n.º 11 ao DREI para que essa deliberação seja reavaliada, contudo, em razão da transição na gestão ainda não houve manifestação nesse sentido. Lauren informa que as demandas foram ratificadas ao DREI.
6. Outro assunto debatido na reunião anterior refere-se a gratuidade do fornecimento das certidões requeridas pelos municípios, em que na oportunidade havia sido deferida pela Junta a gratuidade das certidões aos municípios afetados na enchente do Vale do Taquari. O Secretário Executivo levou o tema ao Gabinete e informa que no momento não existe condições financeiras para tanto, principalmente porque a Junta não cobra instituições de empresa e não recolhe taxas sobre as empresas de baixo risco que utilizam o Tudo Fácil Empresa. A receita da JucisRS esta nas Certidões e alterações, por isso a inviabilidade. Não há condições de estender o benefício dado aos municípios afetados pelas enchentes para os quatrocentos e noventa e sete municípios.
7. Presidente Lauren também argumentou que essas isenções do preço público não dependem da Diretoria, depende de todo um Plenário do Colégio de Vogais. A justificativa de concessão de isenção aos municípios afetados pelo ciclone tem respaldo na reconstrução das cidades por um período determinado.
8. Outro ponto abordado pela Presidente, refere-se a normatização/regulamentação das competências e atribuições dos órgãos Registradores, assunto pertinente ao GT Registro e GT Legal.
9. Secretário comentou a questão do *status* dos MEI's, em que é considerado de baixo risco pela Resolução n.º 59. Nosso integrador coloca o *status* de concluído para esses MEI's, sendo observado um comportamento diferente no sistema, isso se dá por uma atualização, tendo uma evolução no que vem sendo solicitado aqui, então os MEI's continuam sendo colocados como concluído, porém as tabelas dos órgãos atuam sobre os MEI's aparecendo a classificação que foi dada pelos órgãos. Pode acontecer de um MEI estar colocado como concluído e ao lado do órgão aparecer risco III. O empreendedor agora sabe que aquele órgão considera aquela atividade como risco maior, ainda que o sistema esteja atendendo a Resolução n.º 59 e dizendo ao MEI que ele esta concluído. O único órgão em que não aparece como concluído são os órgãos fiscais. Do ponto de vista fiscal, não se tem a ideia de risco, para os órgãos fiscais sempre ficará em estudo. Quando o município não é dividido por secretarias, possivelmente ficará em estudo porque abrange a questão tributária.

Item 2 Contextualização dos Grupos de Trabalho

10. A Presidente solicita atualização dos GT's do Subcomitê. Juliano, coordenador do GT Registro não esta presente, contudo, será solicitado que contextualize a situação do GT no Grupo do Subcomitê.
11. A Presidente passou a palavra para Marcelo Corletto, coordenador do GT Legal, informa que o assunto tratado foi o PLLE n.º 394/2021, que propõe alterações na Lei da Liberdade Econômica. Por sua vez, a Presidente encaminhou ao Gabinete do Secretário da SEDEC para que se construa soluções, sendo criado grupo específico para tratar dessas alterações em conjunto com a SEDEC e SPGG. Com relação a normatização ou regulamentação das competências e atribuições dos órgãos registradores não houve movimentação. Marcelo afirma que a movimentação deve iniciar no GT Registro, e posteriormente o GT Legal contribuirá na formatação das normas. Assim que definam uma agenda estamos à disposição para auxiliar.
12. Presidente passou a palavra ao Magnum para falar a respeito do GT TI. Magnum informa que não foram realizadas reuniões, solicitando que cada órgão licenciador manifeste-se quanto a situação da integração, Jorge, Braatz e Isabel.
13. Braatz informa que houveram reuniões com R2DA recentemente, tendo a participação do Sílvio que fez a intervenção para dar andamento na integração com o Sisbom, o risco alto. O desenvolvedor do Sisbom já passou a programação necessária para R2DA fazer a integração no sistema, ficando acordado na última reunião que será no dia 20.12.2023 o lançamento do Ambiente oficial dessa integração com o Sisbom. Os processos que já estão licenciados no risco alto, será possível o integrador verificar se aquele endereço, aquela edificação já tem licenciamento, para reportar ao integrador, o *status* de já licenciado. Estão aguardando a reunião na sexta em que serão apresentadas as evolutivas com uma breve apresentação e no dia 20 o lançamento com o Corpo de Bombeiros com risco alto. A Presidente ficou muito satisfeita com os avanços.
14. Jorge da FEPAM informou que a nomenclatura do órgão licenciador foi resolvida. Comunica que foi realizada reunião com o pessoal do desenvolvedor do integrador RS, e a última atualização foi semana passada com relação ao direcionamento do usuário para a tela do Sol, para que a pessoa jurídica, possa consultar de uma forma transparente todos os processos da FEPAM dentro do sistema *on line* de licenciamento com maior publicidade. Outra evolução é que foi feita mais uma revisão da tabela de risco em que houveram nove alterações de risco, três para baixo risco, outra condicionada, pergunta ou não aplicado. Conseguiram visitar as correspondências, com o objetivo de manter o Estado do Rio Grande do Sul em primeiro lugar no Ranking. Informa que esta sendo trabalhado a questão do *status*. Sugere que todos os órgãos também possam rever suas tabelas de Risco.
15. Magnum questiona Jorge quanto ao *Airframe*, principalmente no que se refere ao prazo para redirecionamento do Sol.
16. Jorge responde que o prazo não é deles e que a pessoa indicada para falar sobre o assunto seria o Sílvio. Sílvio por sua vez informa que a FEPAM foi a primeira a fazer o uso do *Airframe* depois da SEFAZ, e que além deste, haverá um link em que o usuário vá direto para a tela de consulta.

Necessitando apenas checar com a FEPAM, se o link está correto, sendo assim, já irão colocar no ar.

17. A Presidente manifesta sua satisfação quanto as notícias positivas, parabeniza o Jorge pela revisão da tabela e propõe aos demais órgão licenciadores elegerem uma periodicidade de no mínimo seis meses para revisão de suas tabelas de risco.
18. A presidente passa a palavra para a Isabel falar sobre o SIVISA. Isabel solicitou manifestação do Hilton da PROCERGS quanto aos prazos dos módulos de integração entre SIVISA e Redesim para os riscos 1, 2 e 3. Hilton informa que quanto a SIVIZA, em 20.12.2023 estarão terminando a integração do WS18. Daqui para frente só evoluções, o processo esta avançado, semana que vem estará ok. Presidente questiona se poderia marcar o lançamento no dia 20 dos Bombeiros e 21 da Vigilância Sanitária? Hilton responde que dependeria da equipe da Isabel homologar.
19. Magnum cobrou uma previsão para a finalização, recordou que no inicio das reuniões deste Subcomitê havia sido afirmado que o trabalho estaria sendo entregue, contudo, ainda esta pendente.
20. Isabel informou que o sistema integrar está em vias de fato para homologação considerando os teste nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande. Noticia que a Vigilância Sanitária no ultimo semestre revisou seus riscos, sendo assim, fará revisão da Portaria no ano vindouro com posterior publicação. E por fim, questiona o Secretário Executivo quanto a empresas com CNAE's de Vigilância Sanitária, em que o endereço é somente para correspondência. Afirma que a Vigilância não dá alvará, dá somente para o estabelecimento, para o local, fica parado no sistema da Redesim e o pessoal deseja que a Vigilância emita algum documento liberando eles de alvará ou algo parecido. A Vigilância só dá alvará para locais, se o local é só para correspondência, não precisa de alvará. Essa questão teria que ser avaliada em conjunto principalmente pela quantidade de demandas, algumas relacionadas a área médica e outras.
21. O Secretário expõe que se não há atividade no local não há necessidade de licenciamento. Do ponto de vista tecnológico, aproveitando inclusive a participação do Keller da empresa R2DA, poderíamos aprimorar o sistema. Poderemos gerar um GLPI, através da parametrização das tabelas, por meio de perguntas. O ideal é que haja uma pergunta, se a atividade vai ser exercida no local, caso seja positiva, as demais perguntas não apareceriam, o sistema já aponta o empreendimento como concluído. Essa pergunta já é respondida na viabilidade, o ideal seria que o sistema já aproveitasse essa informação da viabilidade, e que as demais perguntas não apareçam. Desde já, solicita ao William que abra um GLPI para aproveitar essa informação de que a atividade não vai ser exercida no local, a partir da resposta da viabilidade, não tendo que fazer essa parametrização nas tabelas.
22. Presidente passa a palavra ao Keller que informa que a R2DA já tem isso mapeado. O ideal é quando o cidadão marque que a atividade não é exercida no local ou a pergunta de domicilio fiscal, não abra mais nenhuma pergunta, já que realizou a marcação. Enviará para o desenvolver a implementação e apresentará uma data para entrega, conforme combinado com seus colegas. Podendo informar uma data amanhã.

23. Jorge observa que a pergunta de domicilio fiscal tem que ser feita para todos os CNAE's declarados e não só o principal.
24. Isabel esclareceu que para a Vigilância Sanitária se o empresário tem domicílio fiscal e não exerce atividade, a gente não dá alvará para aquele CNPJ ou para aquele endereço. Pela Vigilância ele não iria atuar. Só dispensa quando é risco 1. Em função da Lei da Liberdade Econômica fica dispensado, mas a Vigilância olha, se ele tem domicilio fiscal a Vigilância não olha.
25. Magnum diz que na hora de dispensar deve deixar delimitado o que se dispensa, devido ao fato de que não será exercida atividade, mas caso seja exercida proceda ao procedimento de verificação.
26. A Presidente passou a palavra ao Marcelo que ressaltou existir situações de fraude, principalmente em casas noturnas, precisam de alvará para funcionar, sendo informado ponto de referencia ou não funciona ali. O que sairá que naquele local não é permitido realização de atividade. O nosso objetivo é que a situação real esteja no sistema.
27. Presidente faz um pedido para Keller, que antes de colocar em prática, se teria como fazer uma reunião virtual com os órgãos de licenciamento e com a Secretaria da Fazenda, para alinharem bem a evolutiva antes de colocar em pratica. Keller aceita reunião para alinhamento. A presidente encaminhará uma data posteriormente.
28. A Presidente passou a palavra a Secretaria de Venâncio Aires, Fabiana que complementou o assunto abordado pelo Jorge, em que a empresa abre seu CNPJ colocando vários CNAE's além da sua atividade principal, contudo, não irá exercer todos. A orientação na sala do empreendedor de Venâncio é que ele coloque no seu CNPJ aquilo que efetivamente vai exercer. Porque algum CNAE secundário ou outro, pode realmente complicar a função do licenciamento. Assim, entende que essa funcionalidade no sistema pode facilitar demais e as vezes pode até criar um empecilho.
29. Presidente agradece e concorda com a Secretaria, Fabiana, por isso acha importante a reunião de alinhamento antes de concluir a evolutiva.
30. Presidente passa a palavra ao Magnum novamente para finalizar o assunto do GT. Magnum só complementa que tiveram em um pequeno Município semana passada, que relatou o mesmo problema da questão da fraude, sendo recorrente em diversos estabelecimentos até utilizando da MEI ou atividade de baixo risco. A nossa missão enquanto facilitadores através do sistema, é acreditar no cidadão. No entanto, a contrapartida é que havendo fiscalização e sendo constatado que esta equivocado, tem que pesar mais a mão, justamente para dar exemplo, e que sim, à consequências é que o Estado está observando.
31. Marcelo se manifestou comentando que é liberdade com responsabilidade, no momento em que eles trabalham em liberar e dar espaço, por outro lado ser um Estado atuante quando é realizado

o descumprimento. Magnum acrescenta que também poderá haver modificação na legislação de multas e consequências de descumprimentos.

32. Presidente agradece Magnum e finaliza o assunto sobre as atualizações dos GT's, posteriormente faz uma correção quanto a presença dos colegas dos Correios, ao invés de Vanderlei esta presente o Júlio Silva. Próximo assunto a ser tratado refere-se ao endereçamento do Cep, assim passa a palavra aos representantes dos Correios, posteriormente ao Keller que explicará como funciona no sistema e por fim aos municípios para explanarem as dificuldades encontradas.

Item 3 Questões relacionadas ao CEP e responsabilidade dos municípios e Portal dos Correios

33. Tiago se apresenta, informa que trabalha no Desenvolvimento de Mercado dos Correios e está acompanhado do Júlio Silva, coordenador dos Cep's do Rio Grande do Sul. Tiago agradece por estarem participando da reunião do Subcomitê. Inicialmente aborda a importância dos Correios como agente integrador Nacional, e a partir deste papel a importância do Cep como base na organização desses trabalhos. Esse trabalho de Cep, é feito a quatro mãos, tem o papel dos Correios, mas antes, o trabalho do município. O município por sua vez deve criar uma lei que delimita a região urbana, seguido de uma lei que delimita os bairros, a partir dessas legislações se inicia os trabalhos dos Correios para quebrar Cep geral em Cep's específicos. Esse trabalho é feito de forma periódica e constante no Estado, no país inteiro. Os Correios possuem uma normatização interna, em que priorizam cidades a partir de 50 mil habitantes. São 42 com mais de 50 mil habitantes que ainda não dispõe desta legislação, necessária para que os Correios iniciar os trabalhos. O objetivo dos Correios é nivelar e sugerir legislações de municípios, para que se possa colaborar com a sociedade e as organizações.
34. Júlio Silva agradeceu a participação na reunião e acrescenta que é de interesse dos Correios a codificação a nível de logradouro em todo o Estado, com o objetivo de atingir os quatrocentos e noventa e sete municípios, contudo, o Estado é muito grande sendo assim, priorizaram as cidades que tem mais de 50 mil habitantes num primeiro momento. O que precisa evoluir é a parte de legislação, que define o limite urbano, os bairros e os logradouros. Neste momento a prioridade esta no litoral norte do Rio Grande do Sul e algumas evoluções para as maiores cidades, contudo, caso o município já tenha essa legislação bem definida pode entrar em contato conosco para entrar na pauta de logradouro.
35. A Presidente informa ao Júlio e Tiago que trabalhamos com os quatrocentos e noventa e sete municípios neste Subcomitê com o Tudo Fácil Empresa. Neste, o município analisa a viabilidade de endereço numa fase prévia na abertura de empresa. No TFE já foram lançados quarenta e um municípios e a meta de implantação é em quatrocentos e noventa e sete municípios, assim, podemos ver uma forma deste Subcomitê apoiar os municípios quanto a legislação e também na parte de TI, temos *Webservice* e *Airframe*. Aproveita a oportunidade e provoca o Keller da R2DA para pensar como os municípios possam passar e atualizar os Correios de forma mais rápida, os que já possuem legislação. Presidente passa a palavra a Keller, abrindo posteriormente para os municípios apresentarem demandas.

Item 4 Tratamento dos Endereços no Integrador Estadual

36. Keller começa explicando as formas de integrações para o endereçamento: O nível 1 de integração é com os Correios, em que se recebe uma carga de endereçamento de três em três meses, com atualização de Cep. Quando o cidadão coloca o Cep no portal da REDESIM, na parte da viabilidade, as informações são acessadas do Correio, essas informações vem para análise para as prefeituras. Quanto ao nível 2 de integração: Com a implantação da viabilidade automática, foi inaugurada uma nova forma de integração, onde as prefeituras disponibilizam o cadastro imobiliário do município para dentro da REDESIM, quando o cidadão faz uma pesquisa ao logradouro esse endereço é retornado, e o cidadão não conseguiu alterar, nos propiciando que a viabilidade seja respondida pela tabela. O nível 3 de Integração acontece com a prefeitura de Porto Alegre, em que o cidadão faz a digitação da informação, referente ao logradouro e o número, sendo colhida a informação via *Webservise*, conversa com a Prefeitura de Porto Alegre, nessa conversa, a Prefeitura passa essa informação e responde uma lista de endereço ao que equivale ao que foi digitado. O cidadão seleciona o endereço na lista, e no final da viabilidade é disponibilizado a informação de endereçamento com os CNAE's que foram solicitados para o cidadão e a prefeitura retorna de forma automatizada se a viabilidade foi deferida ou não. Para finalizar o assunto, Keller comenta sobre o que esta disponível para as integrações, como o *PLUS CODE*, é como um Cep geral, da mundial, disponibilizado pela *google*, quando o endereço retornar pelos Correios ou mesmo tenha digitado um Cep genérico, será mostrado um mapa pelo *google maps* para ele selecionar corretamente qual o local do endereçamento dele, em que pretende exercer a atividade econômica. Com isso, é gerado um código aberto, duplo código onde guarda as informações para disponibilizar aos órgãos. Assim sendo estas são as formas de integração hoje. Keller se dispõe a marcar uma outra reunião para dialogar mais tecnicamente, para juntar as soluções e fazer com que o endereçamento saia da maneira mais fácil e correto para os Correios. Não se tem uma solução perfeita, mas pode ser escolhida a melhor forma para os órgãos e cidadão.
37. A Presidente questiona Keller e afirma que a exemplo de Porto Alegre deve ter a caixa de serviço, que trata direto com o município. Keller esclarece que a interação com Porto Alegre é automática.
38. Presidente menciona sobre o *PLUS CODE*, a 4ª forma de integração, lembrando que a Secretária Fabiana foi a primeira a utilizar e que o assunto adveio em razão da problemática do Cep. Após a fala da Secretária passa a palavra a Daniela de Porto Alegre e Adriana de Tupanciretã, caso queiram.
39. Fabiana comenta que já estão usando o *PLUS CODE*, com o *feedback* bem interessante dos contadores, estão abrindo as empresas e utilizando esse campo. Fabiana lembra que sexta-feira próxima vai ser lançado oficialmente no município de Venâncio Aires. Acredita ser uma importante evolução, acontecendo um saneamento de cadastro. Fabiana comenta que Venancio possui Cep único o que dificulta mas estão reunindo comissões no município para tratar do tema. Expõe sua satisfação em poder contar com os Correios e com a Junta Comercial para facilitar esse processo.

40. Presidente passa a palavra a Daniela, contudo, ausente por questões pessoais, assim Marcelo, membro suplente de Porto Alegre adiantou que ocorreu uma reunião junto a Superintendência dos Correios e que estava sendo priorizada a cidade de Porto Alegre, estava sendo feita uma seleção de bairros onde existiria maior dificuldade. Presidente informa que esse assunto será tratado no GT Fiscal.
41. Adriana de Tupanciretã gostaria de ter se manifestado, contudo inaudível.
42. Presidente passou a palavra ao Tiago dos Correios que informa que Porto Alegre já tem priorização frente a nova lei de bairros.
43. Magnum comenta que ao ouvir os Correios principalmente em relação a legislação, sugere trabalhar a harmonização legislativa, podendo fazer modelos, cartilha no GT Legal, justamente apontando os riscos, as ameaças de dificuldade desta legislação, e quais os critérios para evitar atualização constante. Presidente concorda com Magnum e passa a palavra ao Jorge.
44. Jorge contribuí informando sobre a utilização do sistema deles de licenciamento, o Sol que está integrado aos endereços de Cep e toda a requisição é feita uma consulta em tempo real ao DNE – Diretório Nacional de Endereços, não tendo essa lacuna de três em três meses. Eles já tem implementado, porque utilizam o sistema ecartas dos Correios. Não sendo o Cep válido ele não aceita. A consulta é sempre direta na base dos Correios, no DNE.
45. Keller pediu uma orientação a Presidente para ter um bate-papo no final para conversarem como foi feito para facilitar, e que seria interessante para o projeto. Presidente aceita a orientação de Keller.
46. Júlio se manifesta acrescentando que eles já disponibilizam o DNE e duas vezes por mês fazem a atualização das informações, só o tempo do serviço atualizar e publicar. Quanto a legislação, na última reunião já se dispôs a trazer as referências, da mesma maneira quanto a codificação, podendo trazer modelos ou orientação para os municípios. Avisa que os Correios estão de acordo e disponíveis para auxiliar nesta etapa.
47. Presidente acha perfeito a observação de Júlio e passa a palavra ao Secretário, Sílvio.
48. Sílvio lembra as deliberações no GT Fiscal que estão sendo cumpridas, conforme estabelecidos nas reuniões realizadas na Superintendência dos Correios e *on line* no GT. Uma delas seria trazer os Correios para o Subcomitê o que esta acontecendo hoje, a outra seria aproximação de Porto Alegre para soluções pontuais, que também estão encaminhadas. E o terceiro encaminhamento que se fez, foi a participação dos Correios nas Jornadas da JucisRS. Sílvio sugere que deveria aproveitar esses canais porque converge com a finalidade da JucisRS em implementar cinquenta municípios com o Tudo Fácil Empresa. Seria uma questão de planejamento conduzir isso paralelamente. Para implementar o TFE é necessário a viabilidade automática, que busca a base de endereço dos municípios, em que esses, colocam numa tabela todos os seus endereços. Essa é a oportunidade de unirmos forças e fazer uma checagem do que já foi feito. Sílvio achou ótima a sugestão do Keller de aproximar toda essa questão com o ponto de vista tecnológico.

49. Presidente sugere que seja criado um GT específico de Endereçamento, sendo incluído os Correios, o Keller e que tenha início, meio e fim. Para se achar uma solução para essa comunicação com os municípios, ajudando o município a fazer a legislação, a cartilha e também a questão tecnológica.
50. A Presidente passa a palavra ao Keller que informa que a atualização de endereço é mensal, de qualquer maneira entende ser importante a integração para que se viabilize a diminuição do tempo para quinze em quinze dias.
51. Presidente requer votação para criação do GT Endereçamento, sendo aprovado por unanimidade, com a seguinte composição: Júlio e Tiago dos Correios, Keller da R2DA, representantes dos municípios, Magnum da SPGG e a Secretária Fabiana de Venâncio Aires. Fabiana aquiesceu o convite para coordenar o GT. Posteriormente no grupo do Subcomitê, será feita consulta sobre o interesse de ingresso de outros membros.
52. A Presidente passa a palavra ao Keller para apresentar o Tudo Fácil Empresa 2.0 e também sobre a abertura de empresas pelo *WhatsApp*.
53. Keller relata que o Tudo Fácil Empresa 2.0 tem como diferencial estar disponível para todos os municípios do Rio Grande do Sul, não estará mais bloqueado. A ideia é trazer todas as alterações, e que o TFE 2.0 seja a porta de entrada para todos os cidadãos. A implantação ocorrerá no dia 15. Keller solicita ao colega Evandro apresentar rapidamente o fluxo e funcionamento do TFE 2.0, com previsão de implantação no dia 15.12.2023.
60. Evandro faz a apresentação no Portal de homologação. Informa que permite cadastro do CNPJ do sócio. Existe distinção do fluxo rápido (TFE) e fluxo tradicional. Presidente comenta que para o funcionamento do TFE o município precisa ter a viabilidade automática, e caso não haja, o usuário do sistema será informado que o procedimento de abertura da empresa será mais moroso. Provavelmente o contador ou usuários intercederão junto ao município para adesão a viabilidade automática. Keller pergunta a Presidente e Sílvio se teriam alguma consideração.
61. Sílvio comentou que esse fluxo tem como diferencial a possibilidade de empresas excluídas do Tudo Fácil Empresa terem algumas funcionalidades do TFE. A exemplo de uma LTDA de baixo risco, poder fazer TFE, mas naquele endereço não tem viabilidade automática, porque as viabilidades automáticas são parametrizadas e nem sempre todos os endereços são automatizados porque reserva análise humana. Neste caso, até então, esse empreendedor não poderia utilizar o TFE, agora ele vai fazer aquela viabilidade, nesse momento o sistema vai avisar que ele está no fluxo lento, assim que concluída a análise humana ele pode continuar no TFE e talvez as outras etapas sejam automatizadas para ele. Pode acontecer, que numa determinada sociedade não tenha nenhuma das etapas automatizadas, mas pode acontecer, de ter uma ou outra. Ele pode ter todas as viabilidades, ou registro na JucisRS manual, mas quando chegar na fase de licenciamento, ele seja baixo risco na FEPAM, seja baixo risco nos Bombeiros, segundo as perguntas que ele respondeu tenha automatizado ao final.

62. Presidente questiona se a SA terá essa agilidade? Sílvio informa que no caso de SA ficarão para uma segunda versão em razão de uma limitação que a Receita Federal fez, limita um serviço que a gente precisa para emissão do CNPJ, as constituições de empresários e de limitada. O que talvez se faça numa próxima versão quanto a geração de dados do CNPJ, que a gente pare o sistema e mande ele para o site da Receita para recolher. Esse alerta de ingresso ao usuário no fluxo lento também estimulará o fluxo mais rápido. Ressalta a oportunidade de mostrar aos Correios como nosso sistema faz a busca dos endereços, um problema que deve ser de todos os sistemas, quando a gente tem a base dos endereços encontra facilmente, quando tem um Cep por rua por exemplo, abre um campo para pessoa escrever e ter todo aquele problema de cada um digitar do seu jeito, assim, terá que ser feita análise humana para verificar se a digitação esta de forma correta.
63. Presidente solicita ao Keller para que fale sobre abertura de empresa pelo *WhatsApp*. Keller abre uma tela e inicia a demonstração, informa também que a integração com o sistema é compatível. A inovação é que possibilita a abertura de empresa por qualquer pessoa, utilizando o a mesma sistemática do Tudo Fácil Empresa, o cidadão vai interagindo respondendo os questionamentos. Ressalta que o cadastro pode ser iniciado por um sistema e finalizado em outro. É só mais uma ferramenta quanto ao Registro Mercantil. Keller questiona Presidente se ela gostaria de mais alguma informação.
64. Presidente replicou Keller, dizendo que as informações são ótimas, mas que é muito importante falar que toda a documentação que o empresário tem ali no Portal de Serviços da Empresa, na parte do deferimento de viabilidade, o contrato, a dispensa do licenciamento de baixo risco, tudo terá em *PDF* no *WhatsApp* e que são respeitadas todas as normas do LGPD e a assinatura é feita pela segurança do gov.br.
65. Presidente arguiu o Secretário se o mesmo gostaria de fazer alguma consideração. Esse por sua vez, reforça a implantação do Tudo Fácil Empresa 2.0 em todos os municípios. O município que não implementou nada, nem viabilidade automática, nem alimentou tabelas de risco, vai ter o TFE 2.0, neste caso passa pela análise humana em todos os passos, porém, a abertura pelo *Whatsapp* será possível apenas para os municípios que de fato implantaram o Tudo Fácil Empresa, que parametrizaram suas automações. Sílvio esta perplexo com tamanhas evoluções, a considerar o *WhatsApp*, sistema extremamente inclusivo que vem a abranger um numero grande de usuários de todas as idades.
66. Presidente comentou que estamos ficando com a régua muito alta, que esse lançamento realmente foi uma grande entrega.
67. Keller preveniu que para o ano que vem, eles querem fazer a abertura de empresa via áudio, utilizando a inteligência artificial.
68. Sílvio questiona Keller se as perguntas dos órgãos de licenciamento aparecerão no *WhatsApp*? Keller confirma que sim.

69. Presidente comenta que o Dário e o Marcelo estavam falando sobre a inteligência artificial, e sim, estão finalizando a contratação de IA, principalmente para as alterações. Em 2024 espera que o Estado ocupe a primeira posição como a Junta mais rápida do Brasil, levando em consideração que somos a quarta Junta com maior volume de processos do Brasil e com apenas dez analistas. Subimos da vigésima quinta para a sétima posição em dois anos. A Procuradoria Geral do Estado do RS confirmou a possibilidade de contratar, assim, esta sendo formalizado o contrato e já em 2024 estaremos treinando a Inteligência Artificial para chegar em primeiro lugar.
70. Keller se manifestou ser uma excelente notícia para 2024. Presidente agradeceu a participação dele na reunião e que será de grande valia integrar o GT de Endereçamento, em que tentaremos achar uma solução tecnológica para evoluir mais.

Item 5 Datas das Reuniões Ordinárias 2024

71. A Presidente coloca a palavra a disposição. Não havendo incursões, passa a informar as datas das próximas reuniões do Subcomitê para o ano que vem sendo: 12 de março, 11 de junho, 10 de setembro e 10 de dezembro de 2024, devendo ser colocado no grupo.
72. Sílvio informa que a Secretaria Executiva cogitou a redução da quantidade de reuniões ordinárias, podendo assim em casos de necessidade convocar reuniões extraordinárias quando convier. O Regimento Interno do Subcomite prevê a trimestralidade da realização das reuniões ordinárias, o que pode ser pautado no GT Legal. Em razão disso as datas diferentes na pauta enviada aos membros anteriormente.
73. Presidente agradece a participação de todos e deseja um feliz natal e prospero ano novo a todos e que nossa energia seja renovada para continuarmos os trabalhos.
74. Informa que os integrantes do GT do PL n.º 394/2021, permaneçam na sala para posterior inicio da reunião sobre o tema.

Encaminhamento

- Implantação das travas de Registro exclusivo do Cartório de Registro GLPI 8749;
- Verificar com Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, respostas dos ofícios n.º 11/2023 MEI, que trata da classificação de baixo risco, conforme Resolução n.º 59, CGSIM, em contrapartida as tabelas de médio e alto risco dos órgãos licenciadores do Estado; Ofício n.º 15/2023, que versa sobre o acesso aos documentos de filial e matriz;
- GT Registro: desenvolver normatização ou regulamentação quanto as competências e atribuições dos órgãos registradores, após envio ao GT Legal para verificações;
- Os órgão de licenciamento farão as revisões de seis em seis meses;

- Vigilância Sanitária Estadual fará revisão das tabelas de risco, publicando Portaria atualizada em 2024;
- Criação de grupo específico para tratar do PLLE n.º 394/2021;
- Presidente indicará data para realização de reunião virtual com os órgãos de licenciamento, Secretaria da Fazenda e R2DA para alinhar a questão da marcação no sistema quando a atividade não é exercida no local ou no domicílio fiscal;
- Criação do GT de Endereçamento, membros: Júlio e Thiago representantes dos Correios, Keller da R2DA, representantes dos municípios, Magnum da SPGG e Fabiana, Secretária de Venâncio Aires. A finalidade do GT visa estabelecer comunicação com os municípios, auxiliando na criação da legislação de codificação dos Cep's nos municípios, confecção de cartilha e se possível, apoio tecnológico para facilitar o processo; Fabiana é a coordenadora deste GT;
- GT Legal tratará da redução das reuniões ordinárias deste Subcomitê e auxiliará na normatização e regulamentação das competências dos órgãos registradores.